



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FMS DIVINOPOLIS

Município: DIVINÓPOLIS/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: FMS DIVINOPOLIS

CPF/CNPJ: 19.166.979/0001-09

Município/UF: DIVINÓPOLIS-MG

Unidade Visitada: FMS DIVINOPOLIS

CPF/CNPJ: 19.166.979/0001-09

Município/UF: DIVINÓPOLIS/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: março/2020 a novembro/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	16/12/2020	31/03/2021
Execução - In loco	04/05/2021	07/05/2021
Relatório	10/05/2021	31/05/2021
Execução - In loco	23/11/2021	26/11/2021

Tarefa Nº: 123951

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

ALAN RODRIGO DA SILVA

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: Desde 04/01/2021

AMARILDO DE SOUSA

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 09/02/2018 a 17/12/2020

CARLOS BRUNO GUIMARAES CARVALHO DE REZENDE

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 17/12/2020 a 31/12/2020

Auditoria nº 636



III - INTRODUÇÃO

1- Fator desencadeante

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- Objetivo e Escopo

Realizar auditoria programada Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis tendo como unidade visitada o Hospital São João de Deus com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no período de março/2020 a março/2021 no enfrentamento da COVID-19.

3 - Caracterização do objeto de auditoria

Divinópolis é município pólo da Macrorregião de Saúde Oeste e da microrregião de Divinópolis. Possui população estimada de 240.408 hab (estimativa IBGE 2020) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,764. É habilitado em gestão sobre seus prestadores.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e informações da sala de situação municipal da SES/MG, Divinópolis possui 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III), 01 Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS AD III), 01 Policlínica Municipal, 42 Unidades Básicas de Saúde, sendo destas 32 Estratégia de Saúde da Família, 07 unidades de Farmácia para distribuição de medicamentos, 01 Centro de Especialidades Odontológicas, 01 UPA, SAMU e 01 Hospital contratualizado.

O Hospital São João de Deus é um hospital que atende a rede SUS e a rede de saúde complementar. De acordo com SCNES, o hospital possui 23 leitos cadastrados para atendimento ambulatorial e 303 leitos clínicos para atendimento hospitalar, sendo destes 184 destinados ao SUS. Possui ainda 39 leitos UTI adulto tipo II, sendo 30 SUS; 08 leitos UTI neonatal tipo II, sendo 06 SUS; 02 leitos SUS para UTI pediátrica tipo II. Para atendimento à SRAG-COVID-19, o hospital possui 20 leitos UTI Adulto, sendo destes 10 destinados ao SUS, 15 leitos de UTI pediátricos, sendo destes 10 destinados ao SUS e 36 leitos clínicos na enfermaria (consulta SCNES em 05/05/2021).

No período auditado, a SMS de Divinópolis cedeu em comodato ao Hospital São João de Deus 12 ventiladores pulmonares para enfrentamento da COVID-19, contudo esses equipamentos não foram adquiridos com recursos próprios da SMS. Os equipamentos foram recebidos em doação. A SMS não realizou aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos destinadas ao Hospital São João de Deus para o enfrentamento à COVID -19.

Fontes: <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard> dados extraídos em 28/01/2021
<https://www.saude.mg.gov.br/servidor/sala-de-situacao-municipal> dados extraídos em 28/01/2021 Plano Municipal de Saúde de Divinópolis 2018-2021

consulta ao SCNES em 05/05/2021 <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/hospitalar/3122302159252> IV -

METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

A fase analítica da auditoria se desenvolveu no período de 23/12/2020 a 10/03/2021 por meio de:

- Consulta ao Plano de Contingência da Macrorregião de Divinópolis referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021;
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas referente à SMS de Divinópolis das ações de enfrentamento da COVID 19 referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021;
- Extração e análise dos dados da SMS/Hospital Divinópolis nos portais SCNES, SIH, Núcleo de Regulação da SRS/Divinópolis, SUSFácil, SIGRES referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021.

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem federal repassados para município de Divinópolis para enfrentamento do COVID-19 referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para município de Divinópolis para enfrentamento do COVID-19 referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros para enfrentamento do COVID-19 do portal transparência do município de Divinópolis;
- Análise da documentação encaminhada por e-mail pela SMS de Divinópolis referente ao período de 01/03/2020 a 31/03/2021.

FASE OPERATIVA

Dia 11/03/2021 - Videoconferência de abertura da auditoria às 9h com participação dos auditores da SES/MG e da auditora municipal Sra. R. M.S.

Dia 22/03/2021 - 13h, realizada videoconferência com a SMS para esclarecimentos e recebimento de documentação do setor financeiro. De 11/03/2021 a 10/05/2021 – análise da documentação enviada pela SMS de Divinópolis e contatos telefônicos para esclarecimentos e complementação de documentação.

Dia 10/05/2021 - 10h Videoconferência com Secretário Municipal de Saúde de Divinópolis Sr. A.R.S, auditora municipal Sra. R. M.S. e auditores da SES/MG para encerramento e assinatura do Termo de Auditoria.

LIMITAÇÕES Não

houve.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625232

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: A SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital São João de Deus para o repasse de recursos financeiros

recebidos de origem Federal e Estadual referente ao enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência:

A SMS de Divinópolis celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital São João de Deus para repasse de recursos financeiros recebidos referente ao enfrentamento da COVID-19. Os recursos financeiros foram transferidos ao Hospital São João de Deus conforme demonstrado no Anexo 01. O recurso referente à Portaria GM/MS nº1393/2020 foi repassado por meio do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº07/2019. O recurso referente à Portaria GM/MS nº1448/2020 foi repassado por meio do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº07/2019. O recurso referente à Portaria GM/MS nº1516/2020 foi repassado por meio do Contrato nº07/2019. O recurso referente à Portaria GM/MS nº2642/2020 foi repassado por meio do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº07/2019. E por fim, o recurso referente à Portaria GM/MS nº3570/2020 foi repassado por meio do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº07/2019. A celebração de instrumentos jurídicos para o repasse dos recursos financeiros está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017 Anexo 2 do Anexo XXIV, artigo 14, Portaria GM/MS nº 1393/2020, art. 1º, 2º e 4º, § 1º, anexo, Portaria GM/MS nº 1448/2020, art. 1º § 1º e 2º, anexo, Portaria GM/MS nº 1516/2020, art. 1º, parágrafo único, anexo, Portaria GM/MS nº 2642/2020, art 1º, 2º, anexo, Portaria GM/MS nº 3570/2020, art. 1º, anexo, Resolução SES/MG nº 7141/2020, art. 1º, 2º, 3º § 2º, 4º, 7º § 1º e 2º, anexo I, Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Oeste- item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V.

Fonte da Evidência: consulta das transferências do FNS ao FMS de Divinópolis - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>,

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



em 15/04/2021; consulta das transferências do FES ao FMS de Divinópolis - <http://www.transparencia.mg.gov>, em 15/04/2021; Relatório BO (Business Object) extraído em 08/02/2021; consulta ao portal transparência Divinópolis, extratos bancários Banco do Brasil Agência 4341-9, conta corrente 257869 e conta corrente 275559-X; Notas de Empenhos nºs 3166, 4702, 5630, 5631, 6369, 7200 e 10380 e Contrato nº07/2019 e aditivos. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625233

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus.

Evidência: Constatou-se que a SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. A análise do relatório de B.O.(Business Object), dos extratos bancários e das resoluções SES/MG do período auditado revelou que a SMS de Divinópolis recebeu o valor de R\$129.204,00 (cento e vinte e nove mil duzentos e quatro reais) referente à Resolução SES/MG nº7141/2020 (Emendas Parlamentares nºs 52.472 e 52.477) destinado ao Hospital São João de Deus na conta corrente nº 275559-X, Agência 4341-9 - Banco do Brasil em 13/07/2020. O extrato bancário desta conta demonstrou que o recurso foi retido, ou seja, não transferido ao destinatário. Até dia 31/3/2021, o recurso foi mantido nessa conta, em aplicação. De acordo com informações prestadas por e-mail do dia 06/04/2021, o Diretor Financeiro da SMS C.B.G.C.R. esclareceu que apesar do HSJD ter entregue o plano de trabalho no final de novembro de 2020, a SMS não realizou o cadastro no SIGRES. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7141/2020, art. 1º, 2º, 3º § 2º, 4º, 7º § 1º e 2º, anexo I, Termo de Compromisso nº248/7141 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES I - AO MUNICÍPIO/SMS §2º alínea c.

Fonte da Evidência: consulta das transferências do FES ao FMS de Divinópolis - <http://www.transparencia.mg.gov>, em 15/04/2021; Relatório BO extraído em 08/02/2021; extratos bancários Banco do Brasil Agência 4341-9, conta corrente 275559X; Contrato nº07/2019 e aditivos; Planilha produzida pela Subsecretaria de Regulação - SES/MG com repasse dos recursos COVID-19, emitida no dia 26/03/2021, e-mail do Diretor Financeiro C.B.G.C.R. do dia 06/04/2020 e Ofício nº 548/2020-DIR/CSSJD de 26/11/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da pessoa jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: a SMS de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. A constatação 625233 indica a Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, referente a Resolução SES/MG nº 7141/2020, no entanto, segundo informações do Diretor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, o recurso foi repassado para a Fundação Geraldo Corrêa nas datas 04/06/2021 e 16/06/2021 de acordo com os comprovantes, em anexo 01. A Resolução prevê prazo de execução de 24 meses. O mesmo informa também que para a verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina, é necessário a análise do cumprimento do objeto, indicador e meta, estabelecidos no Termo de Compromisso. Essa análise é feita pela Diretoria de Regulação que faz o acompanhamento da execução do contrato com a entidade.
2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1- A SMS de Divinópolis realizou o repasse do recurso ao Hospital São João de Deus (Fundação Geraldo Corrêa) nas datas 04/06/2021 e 16/06/2021, comprovada mediante envio do Anexo 01 - Detalhamento de Empenho emitido pelo Banco do Brasil. Os empenhos foram pagos em 08/06/2021 e 25/06/2021, respectivamente.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625234

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. A SMS de Divinópolis recebeu o valor de R\$ 7.882.173,54 (sete milhões oitocentos e oitenta e dois mil cento e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) referente às Portarias GM/MS nºs 827/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 2642/2020, 3570/2020 destinado ao Hospital São João de Deus na conta corrente nº 25786-9, Agência 4341-9 - Banco do Brasil. Assim, constatou-se que a SMS não respeitou o prazo de 05 dias úteis após o recebimento do recurso para transferência ao beneficiário. O valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais) referente à Portaria GM/MS nº1516/2020 foi creditado na conta do FMS em 18/06/2020 e repassado ao hospital em 10/07/2020. O valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) referente à Portaria GM/MS nº2642/2020 foi creditado na conta do FMS em 08/10/2020 e repassado ao hospital em 20/10/2020. O valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) referente à Portaria GM/MS nº3570/2020 foi creditado na conta do FMS em 28/12/2020 e repassado ao hospital em 01/03/2021. Os atrasos nos repasses estão em desacordo com a Portaria GM/MS nº 1516/2020, art. 1º, parágrafo único, anexo, Portaria GM/MS nº 2642/2020, art. 1º, 2º, anexo, PRC nº06/2017 Capítulo II Seção IV art.303.

Fonte da Evidência: Consulta das transferências do FNS ao FMS de Divinópolis - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, em 15/04/2021; extratos bancários Banco do Brasil Agência 4341-9, conta corrente 257869; Notas de Empenhos nºs 3166, 4702, 5630, 5631, 6369, 7200 e 10380.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: A SMS de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. A Constatação 625234 indica que a Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde. Especificamente os recursos da Portaria GM/MS nº 1516/2020, da Portaria GM/MS nº2642/2020 e da Portaria GM/MS nº3570/2020, por atraso no repasse a instituição. De acordo com o Diretor Financeiro da SMS, os textos das Portarias apontadas, das quais houve a indicação de atraso no repasse, não deixou claro que se tratava de um incentivo e não estabeleceu prazo. Bem diferente dos textos das Portarias GM/MS nº 1393/2020 e nº1448/2020. O artigo 303 da Portaria de Consolidação 06/2017 regulamentou o prazo de até 05 dias úteis após o crédito do incentivo financeiro na conta do Fundo Municipal de Saúde para efetuar o repasse à instituição. Sendo assim, de acordo com essa análise, a Secretaria Municipal de Saúde entende estar de acordo com o ordenamento administrativo e não haver atraso nos repasses.

2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1 - De acordo com a manifestação encaminhada, o Gestor Municipal de Divinópolis argumenta que não está explícito nos textos das portarias citadas que os recursos recebidos pelo FNS para enfrentamento da COVID19 tratavam-se de incentivos financeiros e que teriam prazos para realização de repasses. Contudo, apesar de não haver clareza nos textos das portarias citadas, os seus respectivos Anexos discriminam os valores dos recursos (incentivos pela habilitação dos leitos) e o destinatário a que se referem, ou seja, Hospital São João de Deus. Sendo assim, o prazo para o repasse dos recursos recebidos deve seguir o que foi determinado pela PRC GM/MS nº06/2017 que estabelece em seu art. 303 da seção IV Capítulo II que "Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS".

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e comunicação do fato ao MS/Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas em razão do Decreto Federal

nº8.901/2016, art. 21 inciso VI, Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37, inciso III; e Anexo II do Anexo XXIV, Capítulo II, art. 4º, inciso IV e Portaria de Consolidação nº06/2017 arts.

303 e 304.

Acatamento da Justificativa: Não

João de Deus, conforme

Recomendação: Cumprir o prazo limite para repasse de recursos recebidos destinados ao Hospital São determina a PRC GM/MS nº06/2017 Capítulo II Seção IV art.303.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FMS DIVINOPOLIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19.166.979/0001-09

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 633517

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Retenção pela Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis do recurso devido ao Hospital São João de Deus referente à Portaria GM/MG nº827/2020.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis recebeu o valor de R\$ 7.882.173,54 (sete milhões oitocentos e oitenta e dois mil cento e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) referente às Portarias GM/MS nºs 827/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 2642/2020, 3570/2020 destinado ao Hospital São João de Deus na conta corrente nº 25786-9, Agência 4341-9 - Banco do Brasil. O valor de R\$ 75.502,49 (setenta e cinco mil quinhentos e dois reais e quarenta e nove centavos) foi creditado na conta do FMS em 28/04/2020. Este valor é referente à Portaria GM/MG nº827/2020 que inclui o procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. A SMS não repassou o recurso devido ao Hospital São João de Deus sob a justificativa de aguardar a apresentação da produção deste procedimento pelo hospital para o repasse do recurso. A retenção do recurso devido pela SMS Divinópolis está em desacordo com Lei nº14.065/2020 art. 1º inciso II alínea a e §1º, PRC nº06/2017 Capítulo II Seção IV art.303 e PT GM/MS nº827/2020 art. 1º e 3º.

Fonte da Evidência: Consulta das transferências do FNS ao FMS de Divinópolis - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, em 15/04/2021; extratos bancários Banco do Brasil Agência 4341-9, conta corrente 257869, e-mail do Diretor Financeiro C.B.G.C.R. do dia 06/04/2020 e Ofício nº 548/2020-DIR/CSSJD de 26/11/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: Retenção pela Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis do recurso devido ao Hospital São João de Deus referente à Portaria GM/MS nº 827/2020. A constatação 633517 indica retenção pela Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis do recurso devido ao Hospital São João de Deus. No entanto, conforme demonstrado pelo Diretor Financeiro da SMS, os repasses foram feitos. Seguem os comprovantes, em anexo 02.

2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1- A SMS de Divinópolis realizou o repasse do recurso ao Hospital São João de Deus na data 15/06/2021,

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



comprovada mediante envio do Anexo 01 - Detalhamento de Empenho emitido pelo Banco do Brasil. O empenho foi pago em 22/06/2021, respectivamente.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625235

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Contrapartida/EC 29

Constatação: A SMS não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus.

Evidência: A SMS de Divinópolis não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. Constatou-se que todas as transferências realizadas ao Hospital São João de Deus foram de recursos de origem estadual ou federal. No Contrato nº07/2019 e seus aditivos não há previsão de aplicação de recursos próprios para enfrentamento de COVID-19 no referido hospital. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 06/2017 art. 2º.

Fonte da Evidência: Extratos bancários e Relatórios Analíticos Diários das contas: Banco do Brasil Agência 4341-9 - conta corrente 257869 e conta corrente 275559-X; Caixa Econômica Agência 113 - Conta 209-0; Contrato nº07/2019 e aditivos.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: A SMS não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João de Deus. Segundo informações da Diretoria de Regulação da SMS, no Contrato nº 07/2019 firmado à época com o Hospital São João de Deus bem como seus aditivos, não há previsão de aplicação de recursos próprios para o enfrentamento de COVID-19 para o prestador hospitalar de serviços. O Artigo 2º da Portaria de Consolidação nº06/2017 responsabiliza as três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde pelo financiamento das ações e serviços públicos de saúde, mas não definiu como este deve ser realizado. A Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou somente o mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde. Segundo o Diretor Financeiro, o Município de Divinópolis aplicou em 2021, o percentual de 25,78% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais legais. Segue em anexo 03, o relatório retirado do SIOPS.

2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1 - O Gestor Municipal reconheceu que não houve aplicação de recursos próprios no Hospital São João de Deus para ações de enfrentamento à COVID-19 no período auditado, salientando a ausência de previsão contratual. Demonstrou que a Portaria de Consolidação Nº 06/2017 não especifica que como deveria ser realizado o financiamento pelas três esferas de gestão. De fato, as legislações específicas para o enfrentamento da COVID-19 não faz exigência de aplicação de recursos próprios municipais no prestador de média/alta complexidade.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625236

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital São João de Deus estão em conformidade com o Contrato nº007/2019 e aditivos e com a legislação vigente.

Evidência: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital São João de Deus foram apresentados e se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho, notas de liquidação, comprovantes de transferências. Há compatibilidade entre a classificação orçamentária, o histórico e pagamentos nos empenhos bem como referência ao processo licitatório desencadeante e ao Contrato nº07/2019 e seus termos aditivos. O Secretário Municipal de Saúde assina ordenando empenhos e autorizando pagamentos. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III, Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10 inciso I ao VI §1º e 2º, Lei Federal nº 8.666/93 artigos 24 e 25.

Fonte da Evidência: Processos de pagamentos nºs 3166, 5630, 5631, 6369, 7200, 10380 e Contrato nº 07/2019 e aditivos. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 627751

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital São João de Deus para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Encontra-se vigente o contrato administrativo 007/2019, celebrado entre a SMS de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus, e seus aditivos, os quais contemplam programações orçamentárias para enfrentamento à COVID-19, além de ratificarem as demais cláusulas contratuais. A SMS demonstrou acompanhamento da execução deste contrato, em relação à COVID-19, por meio da apresentação dos seguintes documentos: Relatórios do SIHD2 de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020, incluindo demonstrativos de procedência analítico, para a população própria e referenciada; Relatório Movimento de AIH - Internações por COVID19, em que constam número de internações/mês, valor (\$), número de diárias/diárias de UTI; Extrato de utilização de leitos no HSJD/2020; Registros de cadastro diário de internação hospitalar dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, no site e-SUS VE (<https://notifica.saude.gov.br/leitons>), realizados pelo Hospital São João de Deus, no período de julho/2020 a fevereiro/2021; Relatório de Acompanhamento do HSJD, do 1º quadrimestre/2020, fornecido pelo Setor de Regulação da SEMUSA, referente aos indicadores e metas hospitalares; Ofício nº 259/2020 - DIR/CSSJD, encaminhado pelo HSJD à SMS de Divinópolis, com apresentação do Plano de aplicação dos recursos de que trata a Lei 13995/2020 e as Portarias 1339/2020 e 1448/2020 e Plano de Contingência Hospitalar para atendimento a pacientes com suspeita de COVID-19 e proteção aos clientes com procedimentos programados.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33 e Capítulo III, Seção VII, art 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., alínea n; Resolução SES/MG nº 7.265 de 21/10/2020, Art.7º e Anexo V, indicador 1, item 1.7 (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020); Resolução SES/MG nº 7.384 de 29/01/2021, Art. 7º e Anexo V, indicador 1, item 1.7 e Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 5ª, item 5.1, alíneas c, f.

Fonte da Evidência: Relatórios do SIHD2 de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020; Demonstrativos de procedência analítico do SIHD2, com o número de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020, para a população própria e referenciada; Relatório Movimento de AIH - Internações por COVID19, em que constam número de internações/mês, valor (\$), número de diárias/diárias de UTI; Extrato de utilização de leitos no HSJD/2020; Registros semanais do cadastro de internações hospitalares dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, no site e-SUS VE (<https://notifica.saude.gov.br/leitons>), realizados pelo Hospital São João de Deus, no período de julho/2020 a fevereiro/2021.

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Relatório Técnico de Avaliação da Contratualização do HSJD de janeiro a abril/2020, datado de 30/12/2020.

Ofício nº 259/2020 - DIR/CSSJD.

Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 627754

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

Evidência: A SMS não demonstrou o acompanhamento do quantitativo de leitos disponíveis para atendimento dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, bem como a ocupação desses leitos no Hospital São João de Deus, no período de março/2020 a março/2021. Foram apresentadas correspondências enviadas pelo HSJD à SMS, no período, que tratam da oferta e ocupação de leitos COVID, solicitação de atualização de dados sobre leitos no SCNES, número de pacientes atendidos e percentual de leitos ocupados clínicos e complementares (Ofício nº 259/2020 DIR/CSSJD, Ofício nº 284/2020 DIR/CSSJD, Ofício nº /2020 - DIR/CSSJD, Ofício nº 78/2021, Ofício nº 150/2021 DIR/CSSJD). Apresentado relatório SIHD com extrato de utilização de leitos no HSJD no ano de 2020 e demonstrativo com registros semanais do cadastro de internações hospitalares dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, no site e-SUS VE (<https://notifica.saude.gov.br/leitoss>), realizados pelo Hospital São João de Deus, no período de julho/2020 a fevereiro/2021. Analisados os censos diários da UTI COVID do HSJD, de março/2020 a março/2021, em que se verificou compatibilidade com os registros de ocupação de leitos apresentados pelo hospital. Entretanto, não foi demonstrado o monitoramento desses dados por setor responsável da SMS, como por meio de relatórios/demonstrativos analíticos dos mesmos. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II e Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Oeste item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV.

Fonte da Evidência: Extrato de utilização de leitos no HSJD/2020, fornecido pela SMS em 01/03/2021.
Censos diários do HSJD, do período de março/2020 a março/2021, enviados em 05/03/2021.
Censos diários de pacientes internados na UTI- Covid do Hospital São João de Deus do período de março/2020 a março/2021, enviados em 05/03/2021.
Ofício nº /2020 - DIR/CSSJD, de 14/05/2020.
Ofício nº 259/2020 - DIR/CSSJD, de 08/06/2020.
Ofício nº 284/2020 - DIR/CSSJD, de 02/07/2020.
Ofício nº 78/2021 - DIR/CSSJD, de 02/02/2021.
Ofício nº 150/2021 - DIR/CSSJD, de 01/03/2021.
Registros semanais do cadastro de internações hospitalares dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, no site e-SUS VE (<https://notifica.saude.gov.br/leitoss>), realizados pelo Hospital São João de Deus, no período de julho/2020 a fevereiro/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022, datado de 09/05/2022, o Secretário Municipal de Saúde, representante legal da pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: O acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 é realizado pela Vigilância Sanitária através de monitoramento, com início a partir de 02/04/2020, como pode ser conformatado em Anexo 04 o cronograma de evolução desse acompanhamento. A Diretoria de Regulação informou que tem promovido o acompanhamento de leito hospitalar in loco dos leitos SUS da contratada, formalizado através da publicação da Portaria nº 191/2021-SEMUSA, que dispõe sobre a designação de servidores para o exercício da função de fiscal de leitos SUS pré-hospitalares e dá outras providências, em Anexo 05.

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa:

A SMS de Divinópolis encaminhou documentação comprobatória do acompanhamento da ocupação de leitos hospitalares destinados ao atendimento a COVID-19, em 2020 e 2021. Encaminhou também cópia da Portaria nº 191/2021-SEMUSA de 09 de setembro de 2021, que dispõe sobre designação de servidores para a função de fiscal de leitos SUS pré-hospitalares e hospitalares. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa:

Sim

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 627755

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital São João de Deus, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS demonstrou o acompanhamento da produção hospitalar, referente às internações realizadas pelo Hospital São João de Deus, no período de março/2020 a março/2021. São elaborados gráficos da produção hospitalar no HSJD, que mostram o número de AIHs processadas por mês de competência/complexidade e valores (\$) processados por mês de competência/complexidade. Apresentados Relatórios do SIHD2 de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020, incluindo demonstrativos de procedência analítico, para a população própria e referenciada; Relatório da execução físico-financeira (média e alta complexidade) do HSJD de janeiro a julho/2020; Espelhos de AIHs aprovadas e AIHs rejeitadas no período de março/2020 a fevereiro/2021; Relatório Movimento de AIH/2020 - Internações por COVID19, em que constam número de internações/mês, valor (\$), número de diárias/diárias de UTI. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV art. 10, inciso I e Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Contrato administrativo nº 007/2019, celebrado entre o município de Divinópolis e a Fundação Geraldo Corrêa/Hospital São João de Deus em 25/03/2019, cláusula 5ª, item 5.1, alíneas c, f e i e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH janeiro/2017, item 4.3 p. 9.

Fonte da Evidência:

Gráficos da Produção Hospitalar do HSJD 2019 a 2020.

Relatórios do SIHD2 de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020.

Demonstrativos de procedência analítico do SIHD2, com o número de AIHs processadas no período de março a dezembro/2020, para a população própria e referenciada.

Relatório da execução físico-financeira do HSJD de janeiro a julho/2020.

Espelhos de AIHs aprovadas e AIHs rejeitadas no período de março/2020 a fevereiro/2021 (amostragem). Relatório Movimento de AIH - Internações por COVID19, em que constam número de internações/mês, valor (\$), número de diárias/diárias de UTI, do ano de 2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 625237

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não validou os dados referentes à prestação parcial de contas do prestador Hospital São João de Deus conforme estabelecido no Contrato nº 007/2019 e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Constatou-se que os recursos destinados ao Hospital São João de Deus para o enfrentamento da COVID-19 estão dentro do prazo de vigência. Não foram constatadas prestação de contas parciais relativas ao exercício de 2020 pelo prestador

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Hospital São João de Deus para validação pela SMS de Divinópolis. A SMS de Divinópolis não elaborou o RAG 2020 contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19. Tal fato está em desacordo com PTC/MS nº 02/2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II, Resolução SES/MG nº 7094/2020 arts. 4º §1º, Resolução SES/MG nº 7141/2020 art. 6º, Resolução SES/MG nº 7160/2020 art. 9º e Parágrafo Único, Resolução SES/MG nº 7.265/2020, Art.9º Parágrafo Único (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020), Resolução SES/MG nº 7295/2020 art.9º e Parágrafo Único, Resolução SES/MG nº 4.606/2014 art. 6º §5º, Decreto Estadual nº.45.468/2010, CAPÍTULO V- DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS, art. 15.

Fonte da Evidência: Extratos bancários das contas correntes: Banco do Brasil Agência 4341-9 contas 27728-2; 28690-7; 28946-9 do período de agosto/2020 a março/2021, Ofício SMS/DV /GS nº058/2021 de 07/04/2021 e Print da tela do sistema DigiSUS, demonstrando que o RAG de 2020 está em elaboração.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: A SMS não validou os dados referentes à prestação parcial de contas do prestador hospital São João de Deus conforme estabelecido no Contrato nº 007/2019 e normas que regulamentam os repasses. De acordo com o Ofício SMS/DV/GS nº 025/2022, em anexo 06, o Setor de Planejamento, juntamente com a Diretoria de Regulação em Saúde de Divinópolis, relata não ter recebido e tampouco validado a Prestação de Contas detalhada relativa ao exercício de 2020, referente aos recursos financeiros destinados ao Hospital São João de Deus para ações de enfrentamento a Pandemia de COVID-19. Informaram ainda que no RAG 2020 foi tratado em linhas gerais somente o processamento da produção hospitalar referentes às AIHs de pacientes COVID-19, no referido período. Para fins de correção e complementação dessa informação, a Secretaria Municipal de Saúde, por ser representante legal, solicitou ao Hospital São João de Deus, que a referida prestação de contas seja apresentada em até 30 dias, para análise, validação da gestão municipal e regularização do processo, em formato físico e conteúdo em anexo notas fiscais de aquisições e contratações, extratos de transações bancárias e demais documentos comprobatórios que se fizerem necessários. Em anexo 06, apresentamos cópia do comprovante de repasse integral dos recursos financeiros relacionados ao enfrentamento da COVID-19 ao Hospital São João de Deus e cópia do ofício com solicitação da Prestação de Contas detalhada da referida instituição. Destacamos que a data limite para a apresentação da documentação comprobatória ao processo administrativo concedido em virtude da solicitação de dilação de prazo desta Secretaria, dar-se-á em 08/06/2022, nesse sentido encaminharemos documentação comprobatória que deverá ser encaminhada pelo Hospital São João de Deus, tão logo recebermos.

2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1 - O Gestor Municipal concordou com a não-conformidade apontada e enviou cópia do OFÍCIO SMS/DV/GS nº056/2022 de 02/05/2022, em que solicita encaminhamento das Prestações de Contas detalhadas do exercício de 2020 ao Hospital São João de Deus. Porém, finalizado o prazo para envio da manifestação, não foi enviada documentação referente à prestação de contas validadas pela SMS.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Validar os dados referentes à prestação parcial de contas do prestador Hospital São João de Deus conforme estabelecido no Contrato nº 007/2019 e PTC/MS nº 02/2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II, Resolução SES/MG nº 7094/2020 arts. 4º §1º, Resolução SES/MG nº 7141/2020 art. 6º, Resolução SES/MG nº 7160/2020 art. 9º e Parágrafo Único, Resolução SES/MG nº 7.265/2020, Art.9º Parágrafo Único (Alterada pela Resolução SES/MG nº 7357/2020), Resolução SES/MG nº 7295/2020 art.9º e Parágrafo Único, Resolução SES/MG nº 4.606/2014 art. 6º §5º, Decreto Estadual nº.45.468/2010, CAPÍTULO V- DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS, art. 15.

Destinatários da Recomendação

Nome

CPF/CNPJ

FMS DIVINOPOLIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

19.166.979/0001-09

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 625238

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) e na Programação Anual de Saúde (PAS) inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Na Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde, inserida no DigiSUS, foi possível verificar que a Diretriz nº7 contempla ações para enfrentamento a COVID-19. Na Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores da PAS 2020, verificou-se que as Diretrizes nº7 e 11 contemplam ações para enfrentamento a COVID-19. O PMS e a PAS foram aprovados pelo CMS. A SMS de Divinópolis elaborou Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus que foi aprovado pelo CMS por meio da Resolução CMS-DIV nº03 DVIRTU/2020. O Plano de Contingência Municipal passou a compor o PMS 2018-2021. A PAS 2021 foi entregue ao CMS em 03/08/2020 e aguarda deliberação. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: Ofício SMS/DV /GS nº058/2021 de 07/04/2021, Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID19 de março/2020, Resolução CMS-DIV nº03 DVIRTU/2020, Plano Municipal de Saúde 2018-2021, Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde 2018-2021; Programação Anual de Saúde de 2020 e 2021; Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores da PAS 2020; Resolução CMSDIV nº004/2021 de 17/02/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 625336

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: A SMS apresentou os RDQAs a Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19, porém não os apresentou ao CMS.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis apresentou os RDQAs do 1º, 2º e 3º Quadrimestre do ano de 2020 à Câmara de Vereadores contemplando as informações de receitas e despesas, de forma genérica, referentes ao enfrentamento da COVID-19. As receitas e despesas específicas relativas ao enfrentamento da COVID-19 destinadas ao Prestador Hospital São João de Deus não foram detalhadas. Em consulta ao sistema DigiSUS, verificou-se que os RDQAs de 2020 não constam nos registrados. Assim, não houve apresentação dos RDQAs via sistema ao CMS e não foram disponibilizados registros sobre a apresentação dos RDQAs em reuniões do CMS. Relativo à apresentação dos RDQAs à Câmara de Vereadores, o fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3. Com relação à não apresentação ao CMS, tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: Prints da tela do sistema DigiSUS demonstrando que o 1º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior estão em elaboração, Arquivo de apresentação realizada pela SMS de Divinópolis à Câmara de Vereadores em Power Point dos RDQAs do 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2020, Ata da 5ª Audiência Pública realizada 25/06/2020, Relatório de Presenças por Reunião da Câmara de Vereadores de Divinópolis nºs 005/20 de 25/06/2020, 007/20 de 20/10/2020 e CM-001/21 de 25/02/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



seguinte manifestação: A SMS apresentou os RDQAs a Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19, porém não os apresentou ao CMS. Segundo informações da Assessoria de Planejamento e Projetos/SEMUSA, as Audiências de Prestação de Contas quadrimestrais do município de Divinópolis (RDQAs) são agendadas anual e previamente (em janeiro de cada exercício) e são realizadas na Câmara de Vereadores, conforme legislação define e de acordo com recomendação do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e o Município de Divinópolis. Na referida recomendação ficou estabelecido que as prestações de contas deveriam ser realizadas em formato aberto ao público, compatível com esse e distinto de horário comercial. O TAC ainda define ampla divulgação em mídia e meio oficial ao município, com mínimo de 30 dias de antecedência e que convites formalizados fossem encaminhados a instituições interessadas, a saber: Ministério Público, Conselho Municipal de Saúde e Tribunal de Contas. Entretanto em uma das Prestações de Contas Públicas, ocorreu um desentendimento pontual e pessoal entre o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. W. C.E. e o então vereador e o presidente da Comissão de Saúde à época Sr. R. F., em relação ao formato e condução da referida apresentação de Prestação de Contas. Na ocasião, o presidente do Conselho Municipal de Saúde manifestou verbalmente que não mais consideraria este formato de Prestação de Contas Quadrimestral, ainda que pública e definida no TAC, com apresentação para o Conselho Municipal de Saúde. Entretanto tal atitude e decisão foram tomadas unicamente pelo presidente do Conselho, sem passar por reunião ou plenária do Conselho Municipal de Saúde e nem tampouco ser devidamente formalizada. E desde então, o referido formato não foi mais considerado pelo Conselho Municipal de Saúde como oficial para a instituição. Esta questão certamente deve estar registrada em imagem nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores, uma vez que as referidas

Prestações de Contas são habitualmente gravadas. Abaixo, segue Print do Trecho do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - IC 023.13.001540.5, firmado em 30 de maio de 2017, entre o Ministério Público e o Município de Divinópolis.

"Parágrafo primeiro: o COMPROMISSÁRIO se obriga a estabelecer horário de apresentação em audiência pública do Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) compatível com a disponibilidade do público alvo e distinto do horário comercial, para maior participação da população na gestão do sistema de saúde local. Parágrafo Segundo: o COMPROMISSÁRIO se obriga a dar ampla divulgação e publicidade acerca da agência de apresentação do Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA), utilizando-se das mídias disponíveis de acesso público, inclusive meio oficial de publicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do final do prazo legais, sem prejuízo da cientificação formal do Conselho Municipal de Saúde (CMS), do Ministério Público (MPMG) e do Tribunal de Contas (TCE/MG), com visitas a maior publicidade e transparência da gestão do sistema de saúde local".

2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa:

1 - O Gestor Municipal descreve o contexto da existência de TAC firmado entre o Ministério Público e o município, em que foram determinadas as condições em que se realizaria as audiências públicas para apresentação dos RDQAs e do desentendimento entre o Presidente do Conselho Municipal de Saúde e o Vereador Presidente da Comissão de Saúde. Contudo, o que foi apresentado na manifestação enviada não inviabiliza a inserção dos dados dos RDQAs no sistema DIGISUS para o acesso do CMS (via sistema) conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2017, CAPÍTULO VII, Seção II, art. 436, item II-a e III-b.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação:

Elaborar os RDQAs regularmente e os apresente para apreciação ao Conselho Municipal

de Saúde e à Câmara de Vereadores, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV art.

100 incisos I, II, III e CAPÍTULO VII, Seção II, art. 436, item III-b, observando as orientações NOTA TÉCNICA Nº

7/2020CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3 em relação à pandemia da COVID 19. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
FMS DIVINOPOLIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19.166.979/0001-09



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 625339

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis não elaborou o RAG 2020 contemplando as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19. Dessa forma não houve o detalhamento no Relatório de Gestão das informações referentes aos recursos para enfrentamento ao COVID-19 destinado pela SMS Divinópolis, na abrangência desta auditoria, ao Hospital São João de Deus. Tal fato está em desacordo Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV, Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I art. 99 §1º incisos I a IV, Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Termo de Compromisso nº248-7160 Cláusula Segunda - Das Obrigações I - Ao município/SMS alínea v, Termo de Compromisso nº 248 - 7295 Cláusula Segunda - Das Obrigações - alínea v.

Fonte da Evidência: Ofício SMS/DV/GS nº058/2021 de 07/04/2021 e Print da tela do sistema DigiSUS, demonstrando que o RAG de 2020 está em elaboração.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: O RAG não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia COVID-19. Segundo informações da Diretoria de Regulação, foram contempladas as ações ao enfrentamento da COVID-19 no tocante àquelas que são destinadas ao financiamento MAC ambulatorial e hospitalar em que essa Diretoria é caracterizada como gestora contratual em suas relações no RAG 2020, tal informação está inserida nas páginas 99, 100 e 101 no tópico "Ações relacionadas à COVID" (www.digisus.gmp.saude.gov.br), onde versa sobre os repasses financeiros efetivados à época, a habilitação dos leitos hospitalares e a produção das internações para o tratamento pela infecção da COVID-19. A Diretoria informa também, ser possível verificar que, no intervalo das páginas 138 a 156, foram inseridas imagens comprobatórias relacionadas diretamente à estruturação do Hospital de Campanha que foi construído na UPA Padre Roberto de Divinópolis para atendimentos aos pacientes com COVID-19. 2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1 - O Gestor Municipal declarou que as ações ao enfrentamento da COVID-19 no tocante àquelas que são destinadas ao financiamento MAC ambulatorial e hospitalar foram inseridas nas páginas 99, 100 e 101 no tópico "Ações relacionadas à COVID" do RAG 2020 e encaminhou o link de acesso www.digisus.gmp.saude.gov.br para comprovação. Porém, não foi possível realizar o acesso ao link referido para comprovação das informações. Na tentativa de consultar o RAG 2020, a equipe de auditores tentou realizar também o acesso link <https://sargsus.saude.gov.br/sargsus/login!carregarMunicipios.action> em 06/06/2022 em que obteve a informação que o "o gestor não encaminhou o RAG 2020 ao Conselho de Saúde". Desta forma, não foi possível a análise da documentação informada na manifestação apresentada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade por falta de comprovação documental. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a inserção das ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19 no RAG 2020 conforme preconizado pela Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV, Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I art. 99 §1º incisos I a IV, Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Termo de Compromisso nº248-7160

Auditoria nº 636



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cláusula Segunda - Das Obrigações I - Ao município/SMS alínea v, Termo de Compromisso nº 248 - 7295 Cláusula Segunda - Das Obrigações - alínea v.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FMS DIVINOPOLIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19.166.979/0001-09

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 625241

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PPA

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS de Divinópolis não promoveu a devida alteração e/ou complementação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Constatou-se que a SMS de Divinópolis não promoveu a devida alteração e/ou complementação na LDO do ano de 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Tal fato está em desacordo com Decreto Federal Nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III e Instrução Normativa Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III.

Fonte da Evidência: Lei de Diretrizes Orçamentárias de Divinópolis nº8.610/2019 e Declaração do Diretor Financeiro, Administrativo e de Interface Jurídica de 05/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do OFÍCIO SMS/DV/GS-51/2022 de 09/05/2022, o representante da jurídica notificada, sr. A.R.S. enviou a seguinte manifestação: A SMS de Divinópolis não promoveu a devida alteração e/ou complementação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Conforme o Diretor financeiro da SMS de Divinópolis, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2020, de nº 8.610/2019, detalha a despesa somente até o nível de programas, como se vê na página 36 (anexo 07). Qualquer ação da área da saúde está contemplada no programa 0012 - Mais Saúde - Cidade Saudável. Assim, não havendo necessidade técnica de alteração.
2- Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 117/2022 e 118/2022 e 51/2022, as pessoas físicas C.B.G.C.R. e A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: 1- O Gestor Municipal esclareceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2020, de nº 8.610/2019, detalha a despesa somente até o nível de programas, como se vê na página 36 (anexo 07) e que qualquer ação da área da saúde está contemplada no programa 0012 - Mais Saúde - Cidade Saudável. A legislação para embasar a não conformidade cita como deve ocorrer a alteração da Lei Orçamentária da União (que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020) e não obriga o município a alterar a sua Lei.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

VII - CONCLUSÃO

Os objetivos desta auditoria foram alcançados, pois foi verificado como a SMS de Divinópolis se organizou para o recebimento e execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19 no período de março/2020 a novembro/2021. Sobre os instrumentos de gestão, a SMS realizou ajustes no PMS e na PAS 2020 e submeteu-os à aprovação do Conselho Municipal de Saúde bem como apresentou os RDQAs a Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19, porém não os apresentou ao CMS e não foi



apresentado o RAG 2020 contendo contemplando as ações realizadas e as prestações de contas relacionadas ao recurso destinado ao enfrentamento da COVID-19.

No enfrentamento da COVID-19, especificamente nas ações de média e alta complexidade, a SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital São João de Deus para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Federal e Estadual de acordo com as regras que viabilizaram os repasses, aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES e do FNS no Hospital São João de Deus, sendo observado um retardo nos repasses. Os processos de pagamentos destinados ao Hospital São João de Deus estavam em conformidade com o Contrato nº007/2019 e aditivos e com a legislação vigente.

No período auditado, a SMS realizou acompanhamento da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital São João de Deus para enfrentamento da COVID -19 e da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19. A SMS realizou controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital São João de Deus, no atendimento de casos da COVID-19, contudo, não validou os dados referentes à prestação parcial de contas do prestador Hospital São João de Deus conforme estabelecido no Contrato nº 007/2019 e normas que regulamentam os repasses, mas demonstrou intenções para realizar essa ação.

Assim, conclui-se que a SMS de Divinópolis atuou com empenho no enfrentamento da COVID-19, exercendo a gestão da saúde, buscando a efetividade do sistema.

IX - ANEXOS

ANEXO 01





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS de Divinópolis ao Hospital São João de Deus - período de 01/03/2020 a 31/03/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO		HOSPITAL			Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)		Vigência (dd/mm/aa)
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	1393	xxx	5630 5631	29/05/2020	1.118.041,44	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1393 e 1448 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 1202-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o total de R\$ 5.160.944,87	27/06/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	1448	xxx	369	09/06/2020	4.048.629,61	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1393 e 1448 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 1202-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 5.160.944,87	29/06/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	1516	xxx	7200	10/07/2020	1.440.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1516 e 2642 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 3726-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 2.376.000,00, incluindo o gasto indevido da Res. SES 7160/2020.	01/11/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	2642	xxx	10380	20/10/2020	480.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	* os valores da PT 1516 e 2642 foram movimentados pelo HSJD na CEF Ag. 0113 c/c 3726-4 . Em 30/03/2021, havia sido gasto o valor total de R\$ 2.376.000,00, incluindo o gasto indevido da Res. SES 7160/2020.	01/11/2021 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
BB Ag. 4341-9 C/C 25786-9	FNS	xxx	3570	xxx	3166	01/03/2021	720.000,00	CEF Ag. 0113 C/C 900.089-4	0,00	01/03/2022 (Contrato nº07/2019 - Cláusula Quinta- item 5.2 - alínea I)	Recursos em vigência
TOTAL REPASSADO:							7.806.671,05	TOTAL GASTO:	7.536.944,87		

Auditoria nº 636